

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento

A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
NO MERCADO DE TRABALHO: O RELATO DAS FAMÍLIAS

GUSTAVO MATIAS ZUIM

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento

A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: O RELATO DAS FAMÍLIAS

GUSTAVO MATIAS ZUIM

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação da
Universidade Presbiteriana Mackenzie
para a obtenção do grau de mestre
em Distúrbios do Desenvolvimento

Orientador:

Prof. Dra. Sueli Galego de Carvalho

Linha de Pesquisa:

Políticas de atendimento: campos
de atuação, programas, recursos e
intervenções especializadas abrangendo,
preferencialmente, educação, saúde,
seguridade social e trabalho

São Paulo

2011

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento

A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: O RELATO DAS FAMÍLIAS

GUSTAVO MATIAS ZUIM

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação da
Universidade Presbiteriana Mackenzie
para a obtenção do grau de mestre
em Distúrbios do Desenvolvimento

Aprovado em: 01/02/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sueli Galego de Carvalho
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Geraldo A. Fiamenghi Junior
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dra. Isabel Cristina Dib Bariani
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Z93i Zuim, Gustavo Matias.

A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho:
o relato das famílias / Gustavo Matias Zuim. -

70 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento)
Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

Bibliografia: f. 63-68.

1. Deficiência. 2. Inclusão. 3. Família. 4. Mercado de trabalho.

I. Título.

CDD 331.59

À minha mãe, que sempre me acolhe,
me salva, me incentiva e que é e sempre
será, o motivo pelo qual existo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior que nos move, que nos protege, abençoa e nos dota de, mais do que a oportunidade de acertar e seguir o melhor caminho; a oportunidade de aprendê-lo e nos reformar intimamente sempre, a fim de que acertemos nas próximas oportunidades.

A minha mãe, Odete da Luz Zuim, que com o suor de seu trabalho e com a força que sua vida representa na vida de todos os que estão a sua volta, me incentivou e me auxiliou na caminhada até a realização deste trabalho.

A minha noiva Audrey de Andrade Machado que, por acreditar em minha capacidade e gostar de me ver feliz, me deu suporte, confiança, carinho e muito amor.

A minha orientadora, Doutora Sueli Galego de Carvalho. Por sua paciência infundável, confiança em meu potencial e sobretudo, por seu apoio e sabedoria, fatores fundamentais para que esse estudo se realizasse.

Ao Doutor Geraldo Fiamenghi e a Doutora Isabel Dib Bariani, pelas orientações e correções de rota que deram mais qualidade ao meu trabalho.

Aos meus familiares mais próximos, meu irmão Guilherme Antonio Zuim, minha avó Prazeres Coelho de Almeida e meu padrasto Neviton de Almeida Nascimento que alegam meus dias e por quem nutro muito amor. E também àquele que não está mais em nosso convívio, mas que sempre está próximo de todos os corações da família e nos dá a serenidade e alegria que ele sempre teve, Senhor Antonio Pinto de Almeida, meu avô, para quem sempre renderei homenagens e agradecerei por sua vida conosco.

(...) o respeito a si e ao outro se revela nas atitudes e ações manifestadas direta e indiretamente nas relações humanas privadas ou públicas, pondo em causa sempre a obrigação de responder pelo que diz ou faz, isto é, a sua responsabilidade em quaisquer situações da vida social.

Dr. Marcos José da Silveira Mazzotta

Zuim, Gustavo Matias, **A inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: o relato das famílias**, 70 p., Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie

Resumo

Este estudo teve como objetivo conhecer os relatos de famílias compostas por pessoas com deficiência que buscam inserção ou já estão inseridas no mercado de trabalho, analisando aspectos ligados à formação da família, vivência das diferenças e preconceitos, o trabalho e as legislações relativas tanto à pessoa com deficiência, como a Lei Orgânica de Assistência Social, quanto à própria inserção dessa pessoa no mercado de trabalho. Para tanto, sete membros de famílias passaram por uma entrevista semi estruturada e utilizando-se de uma análise categorial do que foi informado pelos participantes foi possível observar o quanto é significativo o primeiro contato da família com a deficiência, quais os obstáculos que essa família e o próprio deficiente enfrentará nessa busca por um emprego e qual a participação do Estado e como esta é percebida em todo esse processo.

Palavras Chave: Deficiência, Inclusão, Família, Mercado de trabalho

Abstract

This study aimed to know the stories of families composed of persons with disabilities seeking integration or are already included in the labor market, analyzing aspects of family formation, living differences and prejudices, work laws relating to both the person with disabilities, such as the Organic Law of Social Assistance, as to that person's own insertion into the labor market. To this end, seven family members went through a semi-structured interviews and using a categorical analysis of what was reported by participants was possible to observe how significant is the first contact of the family with disability, which obstacles that families face and their own deficient in this search for a job and which state participation and how it is perceived in this process.

Key words: Disability, inclusion, Family, Labor market

SUMÁRIO

1. Introdução	09
1.1 Justificativa	10
1.2 Objetivos	11
2. Referencial Teórico	12
2.1 O Conceito de Deficiência	12
2.2 O Preconceito, as Normas Sociais e a Deficiência	16
2.3 A composição Familiar e o enfrentamento das Diferenças	18
2.4 Deficiência no Mundo: Dados Estatísticos	22
2.5 Políticas Públicas e Legislação	23
2.5.1 A Intermediação de Mão de Obra	26
3. Método	30
3.1 Amostra	30
3.2 Local	31
3.3 Instrumentos	31
3.4 Procedimento	32
4. Apresentação e Análise dos Dados	34
4.1 Transcrição e interpretação das entrevistas	34
5. Discussão dos Dados	56
6. Considerações Gerais	61
Referências	63
Anexos	69

1. INTRODUÇÃO

A conjuntura sócio-econômica atual nos apresenta um quadro de desigualdades sociais crescentes, a despeito das conquistas no campo dos direitos humanos e na construção de um novo paradigma que visa a preservação dos finitos recursos naturais, cujo consumo, baseia de alguma forma, a sociedade capitalista.

Conforme Mazzotta (2005), nas últimas décadas, a globalização e o fortalecimento dos movimentos sociais no sentido da inclusão são fenômenos importantes para que se entenda tal conjuntura, e partindo desse entendimento e visão crítica, se possa produzir estudos das realidades que nela se apresentam.

O trabalho é um dos principais componentes de uma sociedade capitalista, pois, é com ele que se transforma a natureza; há o desenvolvimento do cidadão e em um movimento dialético de formação, transforma a sociedade e seus participantes, produzindo riquezas e sua própria evolução.

O acesso ao trabalho é um direito de todo cidadão e mais a frente, a legislação que regulamenta esse direito será explicitada. Em relação a pessoas com deficiência, foco da presente pesquisa, o citado acesso foi dificultado, através dos tempos, por diversos motivos, além da questão da estigmatização e preconceito. Essa dificuldade foi analisada por meio de aspectos da formação da sociedade, dos conceitos de deficiência e do trabalho. Aspectos sobre famílias e sua visão acerca tanto da deficiência de seus membros quanto da entrada destes no mercado de trabalho foram relatadas e analisadas.

Realizando as citadas análises se buscou, com o presente estudo, entender a percepção das famílias sobre o conceito de deficiência e se

as questões econômicas envolvidas na já citada dinâmica familiar, facilita ou dificulta sua inserção no mercado de trabalho.

1.1 Justificativa

O tema da pesquisa se mostra socialmente relevante, uma vez que, tomando contato com o relato das famílias a respeito do processo em que se dá o acesso de seu familiar com deficiência no mercado de trabalho e tendo a possibilidade de relacioná-lo com conceitos de deficiência, preconceito, trabalho e das políticas e legislações que dizem respeito a essa pessoa com deficiência e ao caminho que trilhará em busca do acesso ao mercado de trabalho, torna-se possível que haja uma contribuição aos serviços de intermediação de mão de obra, ou até na formatação das políticas públicas de geração de emprego e renda.

O estudo dá subsídios, através dos relatos coletados e das análises realizadas, para que se possa pensar uma estratégia que vá além do trabalho com a empresa solicitante e do candidato com deficiência. Considere pois, a pessoa com deficiência como parte de uma família, que participa desse processo de procura e ingresso no mercado de trabalho.

O trabalho de intermediação de mão de obra abrangendo também a família do candidato deficiente, numa tentativa de promover mais esclarecimento acerca da entrada da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, fará com que essa entrada ocorra de forma mais tranqüila e que seja um fato entendido pela família como contributivo para a formação e crescimento pessoal e profissional da pessoa com deficiência.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Identificar e compreender a forma como a família relata a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Objetivos Específicos

- a) Caracterizar aspectos do processo de intermediação de mão de obra da pessoa com deficiência do ponto de vista da família

- b) Identificar diferenças e semelhanças entre as opiniões das famílias em relação ao respectivo grau de dependência do recebimento mensal do Benefício de Prestação Continuada (determinado por Lei), pela família em que há uma pessoa com deficiência a procura de um trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na seqüência serão apresentados os principais aspectos teóricos que nortearão a compreensão da temática do presente estudo, a saber: o conceito de deficiência, o preconceito, as normas sociais e a deficiência, a composição familiar e o enfrentamento das diferenças, os dados estatísticos sobre a deficiência e por fim, as políticas públicas e legislações.

2.1 O Conceito de Deficiência

Conforme afirmam Amiralian et al. (2000), as definições clássicas advindas da Organização Mundial de Saúde (OMS) fazem uma distinção entre o que define o conceito de deficiência, incapacidade e desvantagem.

A primeira é entendida como a perda ou anormalidade, temporária ou permanente, de uma estrutura ou função anatômica, fisiológica ou psicológica. Já o conceito de incapacidade, é entendido como sendo a restrição resultante da deficiência, e sobre desvantagem, diz-se do prejuízo para o indivíduo, decorrente da deficiência ou incapacidade, que dificulta o desempenho de papéis sociais esperados de uma pessoa nas mesmas condições de idade, sexo, fatores sociais e culturais, como a independência física ou mobilidade no caso do paraplégico.

Historicamente, a preferência por uma definição de deficiência que se utilize do modelo médico, que foca o problema e incapacidades do indivíduo, sem considerar suas potencialidades, configurou-se como um obstáculo extremamente significativo para a inserção da pessoa com deficiência na sociedade. Incluindo-se a entrada no mercado de trabalho

e a produção de políticas públicas que levasse o deficiente ao exercício pleno de sua cidadania (KASSAR, 2000).

As mudanças de paradigmas relativos ao conceito de deficiência, que têm sido propostas pela CIDID (*Classificação das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens ou Handicaps*) e sua revisão e ampliação promovida pela CIF (*Classificação Internacional de Funcionalidades*), propõem que se considerem, além das questões médicas, domínios de saúde e da sociedade, como se verá a seguir.

Os domínios contidos na CIF podem, portanto, ser considerados como domínios da saúde e domínios relacionados com a saúde. Estes domínios são descritos com base na perspectiva do corpo, do indivíduo e da sociedade em duas listas básicas: (1) Funções e Estruturas do Corpo, e (2) Atividades e Participação. Como classificação, a CIF agrupa sistematicamente diferentes domínios de uma pessoa com uma determinada condição de saúde (e.g. o que uma pessoa com uma doença ou perturbação faz ou pode fazer). A Funcionalidade é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação; de maneira similar, incapacidade é um termo que inclui deficiências, limitação da atividade ou restrição na participação. A CIF também relaciona os fatores ambientais que interagem com todos estes constructos. Neste sentido, a classificação permite ao utilizador registrar perfis úteis da funcionalidade, incapacidade e saúde dos indivíduos em vários domínios. (OMS, 2001, p. 7)

A OMS (2007) considera a CID-10 e a CIF classificações complementares e os usuários são estimulados a utilizá-las em conjunto, uma vez que a CID-10 fornece um "diagnóstico" de doenças, distúrbios ou outras condições de saúde e essas informações são complementadas pelas informações adicionais fornecidas pela CIF sobre funcionalidade.

A CID-10 e a CIF trazem, segundo Battistella e Brito (2002), o modelo mais amplo de funcionalidade, incapacidade e saúde e torna-se, segundo os autores, importantes para que se crie instrumentos para levantamentos de saúde e incapacidade, estendendo então, o campo da pesquisa nas áreas citadas, da infância às outras etapas do ciclo de vida.

Mazzotta (2002) afirma, sobre a prevenção da criação de estigmas, que se deve adotar um cuidado terminológico, para que se evite, portanto, as categorizações e designações. A CIDID vem para

complementar a CID e assim, classificar com o citado cuidado. Dessa forma, define os três conceitos principais (deficiência, incapacidade e desvantagem) conforme a transcrição a seguir.

DEFICIÊNCIA: No domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

INCAPACIDADE: No domínio da saúde, incapacidade corresponde a qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidades para exercer uma atividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano.

DESVANTAGEM (*HANDICAP*): No domínio da saúde, desvantagem (*handicap*) representa um impedimento sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que lhe limita ou lhe impede o desempenho de uma atividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em atenção a idade, o sexo e os fatores sócio-culturais (OMS, 1989, p. 35-37 apud Mazzotta, 2002, p.19)

Recorrendo-se às classificações da OMS, pode-se verificar que a desvantagem também se relaciona às possibilidades que determinada sociedade oferece ao sujeito, tais como a utilização dos serviços de saúde, do sistema de transporte público e de ser capaz de inserir-se no mercado de trabalho.

A adequação da definição de deficiência tal como a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano que compromete as funções física, auditiva, visual ou mental, o que, em razão de contingências históricas, sociais e espaciais, poderá resultar em desvantagem para a pessoa portadora, como perda de autonomia, discriminação social e dificuldades de inserção social (AMIRALIAN et al, 2000).

Mais do que a promoção de uma uniformidade de conceitos e terminologias, as classificações da OMS se prestam a auxiliar na difícil tarefa de diferenciar os termos, de seu significado atribuído pelo senso comum. Mazzotta (2002), afirma que é importante considerar as três abordagens transcritas a seguir, para que se entenda como se baseia a construção desses conceitos.

1 O conceito estatístico de “normal” e seus desvios pode ajudar em fenômenos quantitativos.

2 Para fenômenos não quantificados, nos campos da deficiência e da incapacidade, pode-se aplicar a abordagem normativa em referência a um ideal

3 Com respeito a algumas incapacidades e à maioria das desvantagens, outras normas são determinadas pelas respostas da sociedade: as normas sociais. (MAZZOTTA, 2002, p.18)

O mesmo autor reforça a importância dos termos para a identificação da deficiência, recomendando que se diferencie e identifique as incapacidades e desvantagens, “ao menos pelos profissionais”. Em especial à noção de *handicap* (desvantagem) social, recomenda-se que se distancie o conceito das definições da saúde, o que dificulta sobremaneira, sua definição. Com relação às deficiências, a terminologia da CIDID e CIF, são semelhantes a da CID. Entretanto, em se tratando das incapacidades busca-se uma graduação das falhas nas atividades para que se indique o grau e o prognóstico (MAZZOTTA, 2002).

Segundo Üstun et al (2003), na CID-10 se terá códigos que dizem respeito à mortalidade e morbidade, à medida que a CIF trará os códigos para descrever a variação completa de estados funcionais que capturam a experiência completa de saúde.

Üstun et al (2003) parece indicar que a vivência em sociedade do deficiente sofrerá gradativas mudanças no sentido de melhora. A convivência social inicia-se na experiência que a pessoa com deficiência adquire no seio de sua família. Assim sendo, se verá a seguir, aspectos em relação a essa convivência familiar e do papel que a pessoa com deficiência, eventualmente, ocupará na dinâmica familiar, bem como conceituações acerca das normatizações sociais e preconceitos.

2.2 O Preconceito, as Normas Sociais e a deficiência

Analisando-se as questões que permeiam as normas sociais e seus desvios e a condição, na sociedade como grupo minoritário, da pessoa com deficiência, Goffman (2008), fala sobre um “desequilíbrio de tratamento”.

“Pode-se tomar como estabelecido que uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado.” (GOFFMAN, 2008, p.138)

O autor traz conteúdos sobre normas de identidade e normas sociais a que todos estão submetidos e a carga psicológica que os indivíduos têm para que estas se mantenham. A “tarefa” de enquadrar-se às normas sociais constitui-se em mais um desafio de vivência em sociedade às pessoas com deficiência, que por sua condição, são comumente estigmatizados. Mas essa questão, segundo Goffman (2008), não ocorre só pela estigmatização advinda dos indivíduos normais, pois indivíduos vivendo em sociedade atendem à norma, ainda que se desviem dela.

“Também está implícita uma forma de cooperação tácita entre os normais e os estigmatizados: aquele que se desvia pode continuar preso à norma porque os outros mantêm cuidadosamente o seu segredo, fingem ignorar sua revelação, ou não prestam atenção às provas, o que impede que o segredo seja revelado; esses outros, em troca, podem permitir-se ampliar seus cuidados porque o estigmatizado irá, voluntariamente, se abster de exigir uma aceitação que ultrapasse os limites que os normais consideram cômodos.” (GOFFMAN, 2008, p. 140-141)

A condição de estigmatizado e de estigmatizador consiste, portanto, num continuum, um processo social, no qual uma condição faz com que a outra exista e ambas coexistam na vida do indivíduo, uma vez que as características que compõem o estigma, não determinam as

características deste e sim, a frequência com que um ou outro papel ocorrerá na vida do indivíduo.

Sobre a condição do deficiente, apesar de desviar-se do normal, não se pode, portanto, afirmar que seja apenas a do estigmatizado. Ganhos secundários e até a questão da importância de ocupar um espaço na sociedade faz com que o próprio deficiente, de acordo com Goffman (2008), colabore com esse processo de estigmatização e, de certa forma, dificulte seu processo de ganho de autonomia e de alguma forma, ampliando a análise, reflita até em seu processo de ingresso ao mercado de trabalho.

As colocações a respeito de deficiência e estigmatização, abordadas até o momento, levam à necessidade de que se faça menção ao conceito de preconceito e se analise possíveis implicações desta na vida das pessoas com deficiência que se encontram em busca de uma colocação no mercado de trabalho. Allport (1954), define:

a palavra preconceito deriva do substantivo latino *praejudicium*, o que significa para os antigos um precedente, um julgamento baseado em decisões e experiências prévias. Mais tarde, o termo, em inglês, adquire o significado de um julgamento formado antes de exame e consideração direta dos fatos – um julgamento prematuro ou precipitado. Finalmente, o termo adquire também um caráter afetivo presente de favorabilidade ou desfavorabilidade que acompanha um julgamento prévio (p. 6)

O pré-julgamento e as suas origens, segundo Allport (1954), são capacidades normais da mente humana, esse tipo de situações serão constantes e casuais no dia-a-dia de qualquer indivíduo, e apesar de ocorrer de fato de uma maneira geral, não é norteadas apenas pelas possibilidades cognitivas, mas à construção de um sistema baseado em valores pessoais.

Bobbio (2002), define preconceito como uma opinião ou um conjunto delas que por vezes formam uma doutrina completa e que, são acolhidas de forma passiva e acrítica pelos costumes cotidianos. O autor analisa que essa aceitação acrítica se dá de forma sólida, a ponto de que essas opiniões sejam aceitas tão fortemente que resistam

a qualquer refutação racional. Entretanto, continua sua análise, apesar de tratar-se de uma idéia errônea que fora tomada como verdadeira, nem toda idéia errônea pode ser denominada preconceito. Erros são cometidos, seja por desconhecimento ou por engano e que é corrigível quando se adquire conhecimento, ao passo que o preconceito é um erro que tem uma base socialmente mais perigosa pois, não se pode corrigir o erro do preconceito mediante a razão, a experiência e até mesmo o conhecimento (BOBBIO, 2002).

Robert Castel (2000) considera a formação da sociedade baseada no trabalho e suas proteções. Coloca-se, pois, uma questão social na qual o trabalho e sua desestruturação atuam como elemento central, por ser o trabalho um fator integrador da sociedade. Para o autor, mais grave que o desemprego em si, é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado. É importante considerar-se essas questões, pois com tais precarizações, uma massa de trabalhadores excedentes se forma e se pode, em segunda análise, considerar estes aspectos como dificultadores do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

Tendo abordado conceitos de deficiência, preconceito e das normas sociais, se verá a seguir a questão da deficiência na composição familiar e os eventuais enfrentamentos em relação à deficiência.

2.3 A composição familiar e o enfrentamento das diferenças

Ao se considerar o cenário econômico atual e seus impactos no cotidiano das famílias, vê-se que há influência direta da questão financeira e de trabalho na composição das famílias. Assim sendo, ter filhos torna-se uma decisão a ser pensada e planejada de forma

bastante cuidadosa. Fiamenghi e Messa (2007) afirmam que o planejamento de um filho é motivado por diversos fatores e que estão ligados ao momento da vida dos genitores.

O filho pode ser planejado de acordo com o cotidiano dos pais, porém algumas crianças podem ser geradas como substitutas de realizações não alcançadas pelos pais ou quando eles têm pouco contato social ou poucas atividades extradomésticas. Podem ser geradas também para tentar encobrir um momento de crise, falta de intimidade do casal ou como resolução de conflitos (FIAMENGHI e MESSA, 2007, p.239).

A família, segundo Fiamenghi e Messa (2007), se define como uma unidade social significativa inserida na comunidade imediata e na sociedade mais ampla, que apresenta relacionamentos interdependentes, ou seja, os relacionamentos estabelecidos entre seus membros influenciam uns aos outros e toda mudança influenciará os membros da família de forma individual, assim como à família como um todo. Daí o choque com entre essa idealização inicial e a vivência desse filho real, seja ele deficiente ou não.

Além da questão econômica e das outras anteriormente citadas, quando há a decisão de se ter um filho, tudo isso se somará a uma idealização, um sonho. Há uma idealização de um filho perfeito, sem problemas, com características da família ou complementares a estas. Ou seja, a chegada de um filho, configura-se como um acontecimento especial, que traz além de prazer, esperança (Sinason, 1993, apud Gomes e Piccinini, 2005).

Os pais projetam, segundo Fiamenghi e Messa (2007), uma criança desde o início da gravidez, fantasiando sobre o sexo do bebê, seu desempenho na escola, sua orientação sexual e carreira que seguirá. O autor afirma ainda que as expectativas dos pais é que determinarão o lugar dessa criança no contexto familiar.

Salles (1992) menciona que, a história de um indivíduo não se inicia com seu nascimento. O filho é falado, imaginado e representado psicologicamente pela mãe, muito antes de nascer. Um filho imaginário é

criado então, através de uma idealização durante a gestação ou até antes dela.

Na teoria de Freud (1914), a idealização sobre o filho, é uma atualização daquilo que foi fruto dos desejos incestuosos da menina em relação ao pai e também da rivalidade com a mãe, a atitude de idealização dos pais com relação aos filhos é de uma transferência do narcisismo parental para “Sua Majestade o Bebê”, que concretizará os sonhos dourados que os pais jamais foram capazes de realizar.

Conforme Mannoni (1999), há uma recompensa ou a repetição de sua própria infância, ocupando um lugar do que ficou vazio no passado da mãe na ocasião do nascimento de um filho.

Assim sendo, quando há a doença ou a deficiência do filho, há um impacto que reforça traumas e questões problemáticas já existentes nos pais. A "destruição" de um grande sonho de resolução disso se dá, e quanto mais a criança real for diferente da dos sonhos dos pais, mais difícil é a adaptação desses ao seu nascimento (PELCHAT, 1992).

Lebovici (1992) reforça que o confronto do filho imaginário com o filho real, ocorre também nos casos de gravidez normal, e se configurará, por si só, um foco conflitivo que toma grandes proporções, à medida que não se elabora esse conteúdo de forma adequada, refletindo então na relação da família com a criança.

Conforme a característica e até o grau do desvio daquela imagem ideal que fora elaborada pela família para o filho, a repercussão desse confronto se mostra maior (Irvin, Kennell e Klaus, 1993). A profunda perda que se instala na mãe devido ao diagnóstico de um filho malformado acarreta uma "ferida narcísica", afetando diretamente sua auto-estima, na medida em que seu bebê é considerado como sendo sua extensão (RAMONA-THIEME, 1995).

Sentimentos muito diversos emergirão da descoberta dessa deficiência e segundo Amaral (1995 apud Ferrari e Morete, 2004) podem se estender do amor ao ódio e da alegria ao sofrimento. Trata-se de um

estado psíquico de perda que, segundo o autor, suscitará angústia, medo, culpa e vergonha. Para que se consiga pois receber a realidade que se apresenta, o processo de luto terá então de ser vivenciado.

O impacto dessa diferença entre ideal e real e do enfrentamento dos sentimentos que dele emergem é de tal forma grave que poderá, como ressaltado anteriormente, desencadear um processo de luto que se assemelha ao luto por uma morte. Essa vivência do luto se dá pois a criança começa a tomar forma à medida que o nascimento se aproxima. A família então, se vê diante da decisão de prosseguir com a gestação e enfrentar os desafios que a representam, para adaptar-se a essa nova realidade (QUAYLE, NEDER, NIHAYDAURA E ZUGAIB, 1997).

A família é afetada por determinantes do contexto social que terão influência direta sobre a família e os seus membros e, alguns desses determinantes, apóiam-se em preconceitos. Buscaglia (2006) afirma que esse preconceito, seja ele relacionado à raça, cor, religião, condição social ou mesmo “diferenças físicas e mentais” influenciará com força significativa no comportamento da família.

Batista e França (2007), afirmam que a pessoa com deficiência, sua família e a sociedade em que estão inseridas, estabelecerão uma relação de mútua influência, pois, a família e, em segunda análise, até a própria sociedade, precisam formatar conhecimentos sobre a pessoa com deficiência, para que padrões de interação e “um conjunto de ações favoráveis aos seus membros” (p. 121) sejam criados.

Para que se formatem ações e políticas públicas que dirão respeito a esse processo de inclusão, faz-se necessário conhecer as pessoas com deficiência em termos populacionais, é o que se fará a seguir.

2.4 Deficiência no mundo: Dados Estatísticos

Até o presente momento, foi comentado sobre desvio à norma e grupo minoritário na sociedade. Entretanto, é importante que se conheça, em termos populacionais, o que a deficiência representa em termos numéricos no mundo.

Dados da *Conferencia Internacional del Trabajo* de 2007 indicam que a população mundial é composta por cerca de 10% de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o que significa aproximadamente 650 milhões de indivíduos.

A primeira vez que houve uma quantificação de pessoas com deficiência em nível mundial ocorreu em 1969, numa iniciativa da *Rehabilitation International* (rede mundial de pessoas com deficiência e provedores, governamentais ou não, de serviços). A proporção de 10% já era então, estimada. O que viria a ser ratificado, somente em 1973 pela OMS (Organização Mundial da Saúde) em seu Sexto Relatório Sobre a Situação da Saúde no Mundo (SASSAKI, 1998).

Segundo Sasaki (1998), o documento que de fato difundiu o número de 10%, e lhe trouxe consistência enquanto dado estatístico foi a Carta para a Década de 80, aprovada no Congresso Mundial da Reabilitação de 1980 e que fora traduzida pela Comissão Estadual de Apoio e Estímulo ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes do Governo do Estado do São Paulo, em 1981. Ano inclusive que fora considerado pela ONU, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, através da resolução 31/123.

Observando dados sobre a população brasileira do Censo de 2002 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), 14,5% da população é composta por pessoas com deficiência, algo em torno de 24,5 milhões de pessoas. Dentre estes, 72% estão em idade produtiva,

sendo que pouco menos da metade nasce com deficiência, enquanto a maioria se torna portadora de algum tipo depois dos 16 anos, principalmente durante a vida laboral.

Do total de brasileiros com deficiência, 80,5% (20,1 milhões) residem em zona urbana e os 19,5% (4,9 milhões) na zona rural. Em relação ao gênero o percentual de mulheres que são possuidoras de algum tipo de deficiência é 53,6% (13,4 milhões) e em valores relativos os homens representam 46,4% (11,5 milhões) deste universo (IBGE, 2002).

É tomando contato com esses números que se nota a importância de conhecer a população com deficiência tanto quantitativa, quanto qualitativamente, para que se possa contribuir para o exercício de sua cidadania plena. São muitas as possibilidades pelas quais se podem prover essa inclusão social da pessoa com deficiência. O objeto deste estudo diz respeito à via de inclusão pelo trabalho e, as políticas públicas de intermediação de mão de obra se mostram como uma via para que essa inclusão se faça. A seguir, alguns aspectos da legislação brasileira e dessas políticas serão apresentados.

2.5 Políticas Públicas e legislação

O acesso ao mercado de trabalho dirigido às pessoas com deficiência consta e é assegurado por legislações em todo mundo. A Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1983, define pessoa com deficiência para o trabalho como aquela “cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental”

No Brasil, teve-se como importante marco, a lei nº 8213/91, a popularmente conhecida “Lei de Cotas”, que dispõe sobre a contratação de portadores de necessidades especiais, sobretudo em seu artigo 93, que define as porcentagens de contratação obrigatória. Essa lei, se somou à Lei nº 8.112, de 1990, em seu art. 5º, § 2º, para contratações e do trabalho dessa população em instituições públicas. A regulamentação destas se deu por meio do Decreto nº 3.298, de 1999, que incumbe o Ministério do Trabalho de fiscalizar a implementação da contratação de pessoas portadoras de deficiência nas organizações.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante.5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados. (Brasil, 1991)

Para que se analise a visão da família das pessoas com deficiência, acerca de sua entrada no mercado de trabalho, é importante que se considere o que dispõe a Lei 8742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu Artigo 2º, sobretudo em seu inciso V, conforme transcrição a seguir:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993)

Acerca desse benefício, existem disposições ao longo da lei que garantem e disciplinam o acesso, a responsabilidade da disponibilização e a ampla divulgação desse benefício para que se facilite seu acesso. O Capítulo IV, na Seção I, dispõe sobre esse benefício de prestação continuada, conforme se pode verificar na transcrição que se faz abaixo:

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social

SEÇÃO I

Do Benefício de Prestação Continuada

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.

§ 2º Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§ 4º O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

§ 5º A situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.

Art. 21. O benefício de prestação continuada deve ser revisto a cada 2 (dois) anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º O pagamento do benefício cessa no momento em que forem superadas as condições referidas no caput, ou em caso de morte do beneficiário.

§ 2º O benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização. (BRASIL, 1993)

Tendo visto normas e legislações que disciplinam e garantem os processos de inclusão social e de inserção no mercado de trabalho, é importante agora que se foque no processo de intermediação de mão de obra, para que se tenha maiores esclarecimentos acerca dessa inclusão no mercado de trabalho.

2.5.1 A Intermediação de Mão de Obra

Segundo Ramos (2003), entende-se por políticas de Emprego aquele conjunto de medidas que atua sobre a oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando seu bem estar, ou sobre o nível de emprego alterando a demanda.

Guerra (2007) reputa como principal responsável pela necessidade de criação e implementação de mecanismos de incorporação social, tais como as referidas políticas de emprego e renda, a incapacidade do liberalismo econômico, galgado na noção de mercado auto-regulável, livre comércio internacional e Estado mínimo,

em gerir e suprir as demandas da população tais como visto na transcrição a seguir:

Mas foi no período pós-guerra, com a intervenção marcante do Estado no mercado de trabalho que se pode observar, de forma mais intensa, a imposição de controles sobre a oferta e a demanda da população ativa e também a possibilidade de garantia de renda à parcela da população que não se encontrava incorporada ao mercado de trabalho capitalista e, por consequência, encontrava-se em situação de vulnerabilidade social (GUERRA, 2007, p.18).

A questão levantada por Guerra (2007) sobre a apropriação do processo técnico pelo capital, explica pois, o desequilíbrio que foi desencadeado pela crescente criação de um “exército industrial de reserva” advindo do aumento e do avanço tecnológico da produção sem que a necessidade de trabalhadores fosse aumentada.

O Estado então deve, segundo o autor, regular nesse cenário, as relações entre o trabalho e o capital, a fim de que os trabalhadores sejam capazes de negociar a venda de sua força de trabalho sob condições mais favoráveis.

Além do fortalecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores e do apoio aos grupos mais vulneráveis, o Estado teve outra face importante na promoção da igualdade nos países europeus. Tendo como ponto de partida a função reguladora do Estado para conter os efeitos econômicos e sociais da Grande Depressão, assim como a numerosa população economicamente ativa excedente por ela gerada, foram adotadas, em grande parte dos países capitalista, políticas anticíclicas de caráter keynesiano que visavam, a recuperação das economias. A adoção destas políticas, conhecidas como “*Welfare State*” ou “Estado de Bem-Estar Social”, permitiu às economias capitalistas centrais, no 2º pós-guerra, não só controlar os ciclos econômicos, mas também, regular o mercado de trabalho (destacando-se o estabelecimento do salário mínimo, aumentos dos níveis salariais e negociação coletiva de trabalho), oferecer uma situação de pleno emprego, ampliação dos direitos políticos e um conjunto de benefícios sociais (tais como, educação, saúde, seguridade social e subsídios ao transporte e à moradia) (GUERRA, 2007, p.21).

Entretanto, o padrão de crescimento econômico da época do “*Welfare State*” esgota-se e em meados dos anos 70 por conta da queda do dinamismo econômico e da produtividade, a crescente financeirização da economia (em oposição à produção) e a falência do que Guerra (2007) denomina como fundo público. A globalização então é

o mecanismo que ocorre em consequência desse esgotamento, onde um movimento de desproteção e de concentração intensa do capital se dá.

A concorrência torna-se global e a busca pela produtividade e maximização dos lucros intensifica esse movimento de desproteção da força de trabalho, tais como nos processos de fragmentação da produção, as terceirização e franquias, por exemplo, em nome da redução de custos de produção. Dowbor (2006) afirma ainda que esse cenário, favorece à empresa, tal como unidade industrial tradicional, que descumpra contratos e precarize a situação do trabalhador.

Todo esse processo da globalização, segundo Dowbor (2006), favorecerá as grandes potências e suas corporações transnacionais, pois estas têm uma ascendência maior nas negociações da Organização Mundial do Comércio, regulando de forma favorável para si, as relações comerciais e de trabalho. Assim sendo, os países em desenvolvimento, tal como o Brasil, tem as consequências intensificadas e essa necessidade por ações de inserção e também as citadas políticas de Emprego, torna-se ainda mais premente.

Para que se entenda as políticas de Emprego, Ramos (2003) as subdivide entre passivas (seguro desemprego, por exemplo) e ativas (intermediação de mão de obra).

Entende-se, por intermediação de mão de obra, ações que buscam equalizar a diferença entre a oferta e a demanda de trabalho. Tais ações são baseadas em estudos, como por exemplo, os estudos realizados pelo Observatório do Trabalho de Osasco, ligado ao Programa Osasco Digital da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão do Município de Osasco e ao Dieese. Os citados estudos realizam-se no sentido de se diagnosticar as características das vagas oferecidas pelas empresas onde a ação se desenvolverá e as características dos usuários do serviço e a facilitação de contato entre a oferta e a demanda por emprego, para que, gradativamente haja “a compatibilização entre os recursos humanos requeridos pelas firmas e

as aspirações e possibilidades” dos usuários do serviço (RAMOS, 2003, p. 19).

No Brasil tem-se o Sistema Nacional de Emprego (SINE), instituído pelo Decreto n.º 76.403, de 08/10/1975 e tem como Coordenador e Supervisor o Ministério do Trabalho, por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Sua criação fundamenta-se na Convenção n.º 88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ratificada pelo Brasil e que trata da organização do Serviço Público de Emprego. O SINE então tem como finalidade a promoção da intermediação de mão de obra, bem como organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, identificar o trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social e fornecer subsídios ao sistema educacional e de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações.

Em 1988, a Constituição Federal em seu art. 239, que fora regulamentado pela Lei nº 7.998, de 11.1.90, criou o Programa de Seguro-desemprego e também o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de onde então, os recursos para custeio e investimento do SINE passaram a ser provenientes. O Programa de Seguro-desemprego então é responsável pelo pagamento do benefício do seguro-desemprego, apoio operacional ao pagamento deste benefício, Intermediação de mão de obra, qualificação profissional, geração de informações sobre o mercado de trabalho e apoio operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda, tal como consta na Lei nº 8.019, de 11.4.90, que altera a Lei nº 7.998/90 e estabelece no art.13 que as tais ações do Programa do Seguro-Desemprego serão executadas, prioritariamente, em articulação com os estados e municípios. É, portanto através desse sistema (SINE), que gere o serviço de intermediação de mão de obra, que deficientes em todo Brasil buscam a inclusão no mercado de trabalho.

3. MÉTODO

Considerando-se os objetivos propostos, o presente estudo seguiu uma abordagem qualitativa, que permitiu assim uma flexibilidade maior para coleta de dados e uma possibilidade mais ampla de interpretação destes (RICHARDSON, 1999).

A obtenção de dados descritivos através do contato direto do pesquisador com a situação estudada, fazendo parte do contexto da investigação, sendo essa relação composta por conhecimentos já adquiridos o que também contribui, segundo Lüdke e André (1986), para essa interpretação mais ampla que se busca.

3.1 Amostra

Participaram desse estudo, sete membros de famílias de pessoas com deficiência que fazem uso do serviço de intermediação de mão de obra, prestado pelo Portal do Trabalhador da Cidade de Osasco, ou por outros postos de atendimento do Sistema Nacional de Emprego (SINE):

Participante A – **L.P.O. – mãe de um filho com deficiência intelectual**

Participante B – **P.A.A. – irmã de um rapaz deficiente auditivo**

Participante C – **E.C.S. – mãe de dois filhos deficientes visuais**

Participante D – **A.V.R. – esposa de uma pessoa com deficiência auditiva**

Participante E – **I.P.L. – marido de uma pessoa com deficiência auditiva**

Participante F – **V.R. – marido de uma pessoa com deficiência**

Participante G – **M.J.G.S. – mãe de uma moça com deficiência auditiva**

3.2 Local

Os membros das famílias foram entrevistados em suas residências após a indicação de instituições de atendimento a pessoas com deficiência do município de Osasco e da região oeste de São Paulo e pelo próprio Portal do Trabalhador da Cidade de Osasco, uma vez que o serviço de intermediação de mão de obra prestado por este Portal, que é um posto do Sistema Nacional de Emprego (SINE) gerido pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão da Prefeitura Municipal de Osasco, recebe pessoas não só da cidade de Osasco, mas de partes da região oeste de São Paulo (bairros como Lapa, Butantã, Perus, Rio Pequeno, Jaguaré, entre outros) e também de cidades vizinhas (Santana de Parnaíba, Barueri, Carapicuíba, Cotia, entre outras).

3.3 Instrumentos

Neste estudo foram utilizados os seguintes instrumentos:

1. Carta de Informação ao Sujeito de Pesquisa e Respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO A)

2. Um roteiro de entrevista que visando facilitar a leitura não será colocado como anexo, mas a seguir:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?
2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?
3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?
4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?
5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?
6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

3.4 Procedimento

As entrevistas se iniciaram com o fornecimento da Carta de Informação ao sujeito de pesquisa e, respectivo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que os objetivos da pesquisa e a proteção dos dados sejam esclarecidos e assegurados aos participantes. A seguir, o roteiro de perguntas foi aplicado de forma oral,

com a anotação e gravação das respostas, tomando-se o cuidado para que as informações prestadas não fossem limitadas por um esquema rígido de entrevista, uma vez que o roteiro semi-estruturado possibilita essa abertura e enriquece, conseqüentemente, as análises a serem produzidas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para análise e interpretação dos dados, se recorreu à procedimentos que constam de uma adaptação da técnica de análise categorial. Minayo (1993) propõe que se tome por base o referencial teórico utilizado no estudo e se produza uma organização dos dados coletados em categorias. Essa divisão proverá a essa análise dos relatos obtidos, uma clareza de exposição e um maior entendimento e possibilidade de interpretação e inferência das teorias utilizadas para embasar a presente pesquisa.

4.1 Transcrição das entrevistas

Após a realização das entrevistas e transcrição dos dados, é necessário para que se realize a análise e interpretação dos dados, que se realize uma pré-análise, onde, segundo Bardin (1979), se organiza e sistematiza as idéias para que se possa retomar as hipóteses e objetivos iniciais e relacioná-los ao material coletado.

Na fase seguinte, de exploração do material, após diversas releituras das transcrições, foi criado um quadro em que foram anotadas as principais características de cada resposta. Esse quadro possibilitou a comparação entre as respostas dos diversos participantes e detectar as temáticas parecidas e que indicariam uma tendência nos relatos coletados.

Baseado então nesse quadro passou-se à terceira fase, de reflexão sobre os dados coletados. As análises a seguir foram depreendidas, sempre tendo como base a fundamentação teórica do

presente estudo e também as hipóteses se puderam levantar enquanto a análise se deu.

A seguir são apresentadas as transcrições das entrevistas realizadas, retirando-se alguns vícios de linguagem, mas tomando a precaução de não alterar o sentido e as peculiaridades de cada fala dos participantes em todas as questões. Para facilitar a interpretação e visualização dos dados, os participantes serão denominados por letras de A a G, conforme será demonstrado a seguir:

Participante A – L.P.O. – mãe de um filho com deficiência intelectual

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta:

Enfrentamos com tristeza, mas também com muita coragem. Eu também sou deficiente e sei as dificuldades que tenho. O preconceito às vezes, muitas coisas. A família se uniu e enfrentamos. Todos vivemos bem e meu filho tem a atenção que precisa em casa.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

O problema é o atraso que ele tem. Acho que ele não está preparado para ter uma vida aí fora. Procuramos de vez em quando, mas não acho que ele está pronto para sair sozinho e trabalhar.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

O Portal ajuda muitas pessoas. Meu filho não conseguiu, mas acho que é por que a gente não procura tanto. Quando ele procura, acaba não conseguindo por causa do atraso.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

O principal que a gente enfrenta é a dificuldade para se preparar. Não tem escola que consiga dar uma preparação para uma pessoa na condição dele aqui. Quando a gente arruma algum curso ou alguma coisa, não tem como deixar ou como ele chegar até lá. A pessoa fica despreparada, além de já ter a dificuldade...um atraso no desenvolvimento. Por mim ele ficava em casa, com nossos cuidados e não procurava mais trabalho. Nem todo lugar sabe lidar com isso.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Com o dinheiro dele, eu pago uma pessoa que cuida dele direto na minha casa e leva ele para alguns lugares. Ele ajuda também a pagar algum remédio e para alimentação também. É importante para poder cuidar dele.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Por mim, prefiro, como já disse; que ele fique em casa. Ele não está preparado, então é melhor receber o LOAS e a gente cuidar dele.

Síntese

Trata-se de uma família que já contava com uma pessoa com deficiência antes de vivenciar a deficiência do jovem que tem buscado uma colocação no mercado de trabalho. Ocorre uma certa proteção e uma dúvida dos familiares a respeito da real condição dessa pessoa com deficiência ser capaz ou não de buscar e conseguir um emprego. Sendo assim, o BPC é recebido pela família e tem papel importante no cuidado dessa pessoa com deficiência; a ponto de se manifestar a preferência pelo recebimento desse, à inserção no mercado de trabalho.

Participante B – **P.A.A. – irmã de um rapaz deficiente auditivo.**

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta

Ah, vivemos muito normal. Minha mãe já era intérprete de LIBRAS quando ficamos sabendo. Já tinha ido a eventos e convivido com pessoas surdas, a família toda já, sabe? Quando descobrimos, já sabia mais ou menos o que iria enfrentar. Minha mãe não teve muito problema com isso.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

O serviço do Portal ajuda bastante. Tem muito menos preconceito e tem bastante vaga. A lei ajuda muito. Mas não tem como eles estudarem, as empresas exigem. E alguns empregos não acontecem por causa dessa falta de estudo.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

O pessoal do Portal conversa com as empresas para contratar os deficientes, muitas pessoas conseguem aqui.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

A família acaba correndo atrás desses locais para que o deficiente estude. Sempre converso com outras pessoas em eventos lá da igreja e essa é a corrida da maioria dos surdos e das famílias também. Fica difícil sem alguma preparação, mesmo tendo bastantes vagas.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Meu irmão não recebe e nunca recebeu. Todos ajudam em casa, não fomos atrás desse benefício.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Acho que eles conseguem trabalhar bem. Tem que ir atrás e conseguir se manter. Não estaremos sempre aqui para ajudar. Ele tem que ter independência. Trabalhar então, acho melhor.

Síntese

Trata-se de uma família com uma grande convivência prévia com pessoas com deficiência, onde o impacto não fora muito significativo, apesar de as considerações sobre dificuldades e preconceitos tenham sido consideradas. Buscam e reputam como adequado o apoio do serviço do posto SINE e elencam como principais dificuldades a mobilidade urbana e a oferta de serviços de educação que preparem de

fato as pessoas com deficiência. Não são beneficiários do BPC e nunca procuraram se inserir nesse recebimento.

Dessa forma, apesar das dificuldades apontadas, reputam como importante para o desenvolvimento das capacidades do familiar com deficiência, bem como para que este adquira independência, a entrada no mercado de trabalho.

Participante C – **E.C.S.** – **mãe de dois filhos deficientes visuais.**

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta

Na primeira vez foi um choque. A família toda ficou desorientada, mas encontramos em Deus força para enfrentar e hoje em dia é tudo normal. A gente entende que eles tem dificuldade, mas tem a vidinha deles. A gente tem que ajudar e respeitar, todo mundo tem. No caso do meu filho, já estávamos mais acostumados e não pode dizer que não ficamos tristes, mas enfrentamos com mais força e tudo dá certo, graças a Deus.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

Meu filhos não tiveram muito dificuldade de encontrar. Tem vagas para pessoas deficientes, a lei ajuda, sabe. Mas não ficava no emprego. Agora já conseguem, mas no começo eles não acostumavam. O patrão, o serviço... Era difícil. Meu filho conseguiu estudar e trabalha como massagista na Avenida Paulista e minha filha numa fábrica. Foi difícil, mas agora estão indo bem. Meu marido atravessa a rua e leva ele no ponto, depois, ele pega o ônibus e é só a bengalinha dele e Deus, vai e volta do trabalho.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

Eles ajudaram no começo, mas esse emprego que eles estão agora, conseguiram sozinho. O pessoal ajuda, conheci a L. do Portal numa palestra, ela é interprete e ajudou a gente.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

Para mim é mais preocupação deles sozinhos. Deus acompanha, mas ficamos preocupados no começo. Meus filhos conseguiram até fácil emprego, sabe?

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Não recebemos. Eu e meu marido sempre trabalhamos. Sabemos que existe, mas eles trabalham e acabam não recebendo. Conseguimos “se virar”.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Ah, a alegria deles de trabalhar é muito melhor. Eles têm vontade e bastante capacidade. Tem mais que ir trabalhar mesmo.

Síntese

A família teve um impacto muito significativo no primeiro contato com a questão da deficiência, que fora abrandado na vivência da ciência da deficiência do segundo filho. Foram manifestadas desorientação frente ao problema, tristeza e um apoio religioso para que a família se organizasse e conseguisse fornecer o suporte que seus familiares com deficiência necessitam.

Reputam como maior dificuldade a preocupação com os filhos fora de casa no caminho para o trabalho e acreditam que a busca dos filhos por trabalho não foi tão complicada. Assim sendo, nunca solicitaram o BPC para nenhum dos filhos com deficiência por ser uma família onde todos trabalham e, como já citado, os filhos inseriram-se de forma até descomplicada, no mercado de trabalho.

Participante D – **A.V.R. – esposa de uma pessoa com deficiência auditiva**

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta:

Quando conheci ele já tinha um pouco, o problema aumentou por conta de uma doença. Fiquei chateada por ele, mas a família, dele e minha, apoiaram bastante e superamos as incertezas juntos. Ficamos pensando no preconceito e nas dificuldades. Mas tudo está bem. Ele conseguiu trabalho e sempre apoiamos bastante.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

Tem bastante vaga e ele consegue fácil. Mas nem sempre gosta. Acaba procurando outra. Mas essa lei ajuda. Toda empresa precisa de alguém.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

O Portal ajudou. Ele conseguiu por aqui. Acho legal a atuação do S. e da P., aqui no Portal.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

Ele é bastante independente, faz leitura labial. Então consegue se virar bem sozinho. Ele consegue conversar normalmente com você se você o olhar de frente. Apoiamos quando ele precisa, mas ele vai atrás.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Ele não chegou a pedir. Sempre trabalhou.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Acho que ele precisa trabalhar. Ele mesmo mostra. Muito melhor então entrar no mercado de trabalho.

Síntese

Trata-se de uma família que se formou já com a ciência da existência de uma forma leve da deficiência. O agravamento dessa deficiência, trouxe tristeza e incertezas, além da preocupação com as dificuldades e com o preconceito. Mas foi citada a questão da união da família, como fator importante para a vivência da deficiência.

Quanto a busca por inserção no mercado de trabalho, relatou-se uma tranquilidade, proporcionada tanto pela Lei de Cotas que segundo o

relato faz com que haja um bom número de vagas, quanto pelo apoio do Posto SINE.

A dificuldade principal reputada pela família é a questão da adaptação da pessoa com deficiência a determinados locais de trabalho ou atividades. Por conta do fato de sempre estar empregado, a família não recebe o BPC e valoriza muito o fato de seu familiar com deficiência estar inserido no mercado de trabalho.

Participante E – I.P.L – marido de uma pessoa com deficiência auditiva

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta:

Ah, isso é difícil de te responder. Eu já conheço ela a uns sete anos, já. Eu já sabia, antes até de namorar que ela tinha deficiência. Isso não mudou nada. Muda assim, que a gente tem que se comunicar diferente. Mas não mudou nada, não tive nenhum problema para levar as coisas adiante e casar.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

Ah, ela sempre encontra. Posso dizer que ela não tem dificuldade. As vezes a pessoa que seleciona não consegue se comunicar bem, mas de resto, sempre dá certo. É só procurar, precisar, que ela encontra. Aqui (Portal do Trabalhador de Osasco), o pessoal liga para ela fazer entrevista e já deu certo umas vezes.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

Eles ajudam muito. Até eu que não tenho deficiência estou trabalhando. Arrumei aqui. Trabalho de noite e de vez em quando acompanho ela de dia em algumas seleções. Funciona até bem.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

Não tem muita dificuldade, sabe. As vezes ela não sabe chegar em algum lugar, transporte, sabe. E como falei, trabalho de noite, então consigo acompanhar. Mas de resto é sossegado.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Esse benefício ela não tem não. Nunca correu atrás. Até ficou sabendo a pouco tempo que existia, mas nunca procurou.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Ah, claro que o trabalho. Por causa da independência. Com certeza trabalho, entrar no trabalho.

Síntese

A ciência da deficiência já ocorria antes mesmo dessa família ser formada. Houve uma certa preocupação com a comunicação, mas nas respostas não se percebe essa deficiência como impeditivo ou dificuldade no cotidiano dessa família.

Essa tranquilidade repete-se na busca por emprego, onde relatou-se que praticamente não há dificuldade, além daquelas relativas às formas diferentes de comunicação que se deve adotar; e o apoio do posto SINE se mostrou importante não só para o familiar com deficiência, mas também para outros sem essa deficiência. Não usufruem do BPC e preferem ter uma colocação no mercado de trabalho à serem beneficiários.

Participante F – V. R. – marido de uma pessoa com deficiência física

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta:

É muito novo para a gente. Minha esposa acaba de conseguir aquele documento. Como se chama? O médico fez os exames e agora ela conseguiu. O laudo. Eu também estou vendo, pois tem coisas que faço que me deixam com dores. Eu, assim, um trabalho em quem eu me movimente, não tenho problemas. Mas se for coisa que eu fique sentado ou parado por muito tempo. Doem as costas. Eu quero saber se eu tenho mesmo, tenho feito exames. Até também para não ter o laudo sem ter deficiência. Acabar pegando alguma vaga de alguém que precise mesmo.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

A gente teve muita dificuldade para conseguir o laudo. É muita burocracia. Nós fomos a muitos lugares. Demoramos meses para conseguir descobrir o que ela tem e saber que ela entraria na cota. Acho que deveria ser melhor o atendimento, mais rápido.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

Parece organizado. É a segunda vez que venho com ela e ela foi bem atendida e acho que dessa vez consegue o trabalho. Da outra vez o salário não agradou.

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

As vezes eu arrumo uns biquinhos para fazer e não consigo acompanhar nas consultas. Mas quando não, a gente vai junto e ajudo. É a segunda entrevista dela aqui e fora ainda não tinha procurado. Mas se puder eu ajudo, mas tenho também que ganhar um dinheirinho quando aparece.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Ela não conseguiu ainda, mas já procuramos saber.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Ela quer conseguir um trabalho. Não gosta de ficar em casa. Quando fica, não para quieta. Arruma uma ou outra coisa para fazer mas se aborrece, porque não pode andar muito, nem fazer esforço. Por isso está indo atrás. Acho que se ela arrumar emprego ela fica mais contente.

Síntese

Trata-se de uma família vivenciando o primeiro impacto com a deficiência. Ainda mostram-se preocupados com oficialização dessa deficiência e sem muita certeza de como essa deficiência vai influir no cotidiano de trabalho. Reputam como grande dificuldade o atendimento nos serviços de saúde e a burocracia destes. A busca por emprego está em estágios iniciais, mas já mencionaram o serviço do SINE de forma positiva.

De forma contraditória afirmaram estar em busca do BPC e acreditarem ser melhor para seu familiar com deficiência a inserção no mercado de trabalho, talvez reflexo desse momento inicial de vivência com a deficiência.

Participante G – M.J.G.S. – Mãe de uma moça com deficiência auditiva.

1. Como a família vivenciou inicialmente, a questão da deficiência?

Resposta:

Minha filha já muito nova teve esses problemas e a gente foi aprendendo. Hoje a gente acompanha e vive normal. Ela aprendeu algumas coisas, com dificuldade, mas hoje procura emprego, trabalha. Nós vamos juntos, no que ela precisa.

2. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que seu familiar encontra na busca por um emprego?

Resposta:

Aprendemos a superar as dificuldades, ela cresceu assim. Pra procurar trabalho, as vezes é difícil no transporte. Mas a gente vai junto nos primeiros dias e ela acostuma fácil. Na empresa que ela saiu agora, não se acostumou com o trabalho. Agora está procurando outro. Aparece bastante coisa, logo ela entra de novo.

3. Como você percebe a atuação do sistema público de emprego na busca de emprego de seu familiar com deficiência?

Resposta:

O pessoal daqui do Portal tem bastante oportunidades. Sempre que ela ou alguém da escola precisa, procuram o pessoal de Osasco. Os deficientes conseguem trabalho. Vale o esforço para que eles estudem. Fica mais fácil do que antes de completar os estudos (a entrevistada refere-se ao Ensino Médio).

4. E a família, quais dificuldades enfrenta na busca por emprego desse familiar com deficiência?

Resposta:

Ah, é como eu disse. Estudar é difícil. Desde o transporte daqui de Osasco até o jeito das escolas ensinarem muitas vezes dificulta. A maioria dos lugares quer o estudo completo ou oferece um salário que não vale a pena. A gente tem dificuldade com o transporte. Nem toda família que conhecemos conseguiu que o filho ou filha terminasse.

5. E o Benefício de Prestação Continuada, qual a importância dele para o cotidiano da família?

Resposta:

Ela não está mais recebendo. Antes ajudava um pouco em algumas despesas. Mas ela arrumou trabalho e não tem mais.

6. O que é preferível em sua opinião, ter seu familiar com deficiência beneficiado pelo BPC ou que ele consiga um trabalho e se insira no mercado de trabalho?

Resposta:

Minha filha quer trabalhar. Acho importante ela conviver com outras pessoas no trabalho. Ela fica mais feliz quando está trabalhando. Agora que está procurando as vezes desanima. Mas eu acho que o melhor é ela continuar a trabalhar. Incentivo, venho com ela e logo Deus vai abrir uma porta para ela.

Síntese

A família relata um contato com a deficiência desde muito cedo e que aprendeu a conviver com esta com o passar do tempo e com o desenvolvimento da pessoa com deficiência que a compõe. Relatam como maiores dificuldades na busca por uma colocação a questão dos serviços de transporte, a adaptação da pessoa com deficiência ao local de trabalho e a questão da preparação escolar.

Relatam que o serviço do posto do SINE contribui para a inserção no mercado de trabalho. A família beneficiava-se e julgava importante o BPC, mas não usufrui mais deste pois sua familiar com deficiência inseriu-se no mercado de trabalho, inserção essa que é incentivada e reputada como positiva com a família, apesar da ajuda que o BPC representava no cotidiano.

5. DISCUSSÃO DOS DADOS

Para que se discuta os dados coletados, as principais temáticas observadas em cada uma das entrevistas foram detectadas e organizadas no quadro à seguir. A produção desse quadro auxilia na visualização das categorias e facilita o entendimento e interpretação dos dados.

Quadro A

Questões / Participantes	L P O	P A A	E C S	A V R	I P L	V R	M J G S
1	Tristeza Coragem Preconceito União da família	Normal Dificuldades Convivência anterior	Desorientação Todos tem que respeitar Tristeza	Chateada Incertezas Preconceito	Normalmente Aprendeu se comunicar	Novidade Dificuldade	Aprendizado
2	Imaturo Dependente	Preconceito Despreparo escolar lei de cotas ajuda	Não tiveram dificuldade Adaptação ao emprego Independência	Bastantes vagas Adaptação ao emprego	Não tem dificuldade Adaptação ao emprego	Burocracia Atendimento	Transporte Adaptação ao trabalho
3	Positivo	Muitas pessoas conseguem emprego	Ajudou no início	Conseguiu emprego pelo serviço do Portal	Ajudam muito	Organização	Bastantes oportunidades
4	Despreparo falta de escolas	Dificuldade em manter em escolas	Preocupação (proteção)	Independente Faz leitura labial	Transporte	Questões financeiras	Estudo Transporte
5	Paga cuidadora Paga remédios	Não recebe Os familiares trabalham e ajudam	Não recebe, não acha que tenham necessidade	Sempre trabalhou, nunca solicitou	Conhece o benefício, mas não solicitou	Está solicitando	Já recebeu, mas foi suspenso por conta do trabalho
6	BPC Ficar sob cuidados em casa	Buscar independência Ingresso no MT	Alegria em trabalhar Desenvolvimento de capacidade	Necessidade de trabalhar	Independência	Entrar no mercado para destrair-se	MT - Convivência, independência

Quadro A – Temáticas mencionadas pelos participantes

Quanto à primeira vivência das famílias com a questão da deficiência, exceto uma pessoa, dentre os membros das famílias que participaram do estudo, relataram uma tristeza inicial e também uma necessidade de um aprendizado para que a convivência e a formação da pessoa com deficiência da família ocorresse. Esse aprendizado e essa tristeza inicial, pode ser um indicativo do que já se levantou nesse estudo, da diferença entre o que as famílias fantasiam em relação àquela criança que irá chegar e a realidade que se apresenta, conforme verificado no que Fiamenghi e Messa (2007) diz a respeito do planejamento familiar e como este se transforma com a chegada de um filho. Além disso, Quayle, Neder, Nihaydoura e Zugaib, (1997) explicam essa tristeza, à medida que afirmam que esse impacto da diferença entre a idealização e esse filho real se compara ao sentimento da vivência de um luto.

É importante que se ressalte que, dois familiares entrevistados são cônjuges da pessoa com deficiência e conheceram esta já nessa situação e relataram que isso não foi impeditivo para que o relacionamento acontecesse. Buscaglia (2006), afirma que o contexto social determinará de forma direta as relações familiares e que, alguns desses determinantes são apoiados em preconceitos, sejam eles raciais, religiosos ou relativos à condição social; entretanto, nesses dois exemplos específicos, essa deficiência não esteve galgada em preconceitos e não impediu que os relacionamentos e a própria formação da família se desse.

Os familiares participantes do estudo, quando perguntados sobre as dificuldades encontradas por seu familiar na busca por um emprego, predominaram as respostas que mencionavam as dificuldades para que as pessoas com deficiência estudem e se preparem para competir pelo ingresso no mercado de trabalho e principalmente a adaptação ao trabalho. Problemas com transporte público também foram reputados como um fator complicador para a respectiva busca por emprego das pessoas com deficiência. O serviço público não atende de forma plena às necessidades da população e é de responsabilidade, segundo visto na teoria de Guerra (2007), à noção de mercado auto-regulável e Estado

mínimo, típicos das teorias econômicas liberais. Entretanto, ao menos em termos quantitativos, a atuação do Estado tem se feito presente, uma vez que a Lei de Cotas foi apresentada por alguns familiares como extremamente positiva e que criou um bom número de vagas, facilitando portanto, essa busca por emprego.

O serviço prestado pelo posto do SINE é também um indicativo dessa, pelo menos aparente, atitude do Estado frente às necessidades da população. Todos os participantes julgaram positiva a experiência de seus familiares lá. Todas as pessoas relataram que foram ajudadas e até conseguiram empregos através do serviço prestado nos postos em que freqüentavam.

Retomando o que fora visto em Robert Castel (2000), mais grave que o desemprego em si, é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado. É importante considerar-se essas questões, pois com tais precarizações, uma massa de trabalhadores excedentes se forma e se pode, em segunda análise, considerar estes aspectos como dificultadores do acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

É evidente que, embora como já foi citado, houve uma melhora quantitativa das oportunidades de emprego, o fato de que, muitos participantes tenham manifestado dificuldades de seus familiares em adaptar-se ao trabalho, evidencia que essa melhora ainda está restrita ao campo quantitativo e necessita de um incremento qualitativo, para que a inserção dessas pessoas com deficiência, ocorram de fato. Mazzotta (2005), chama atenção para os mecanismos ideológicos que em nome da superação das desigualdades acabam por encobrir diferenças individuais, agindo por vezes a fim de impor suas verdades em detrimento ao respeito ao outro, primordial para o exercício pleno da cidadania.

Os participantes do estudo, quando perguntados a respeito das dificuldades vivenciadas pela família nesse processo de busca de inserção no mercado de trabalho de seu familiar com deficiência, a

maior parte dos participantes relatou problemas para prover educação e preparo aos seus familiares. Essas dificuldades, segundo os relatos, ocorrem por problemas nas escolas, que na opinião dos entrevistados, não estão preparadas e principalmente na questão de locomoção de um transporte público que facilite o acesso dessas pessoas com deficiência e suas famílias.

A quinta questão disse respeito diretamente à importância do Benefício de Prestação Continuada no cotidiano das famílias. A quase totalidade dos participantes informaram não ser beneficiários, pois segundo os relatos coletados, os familiares trabalhavam e conseguiam manter a rotina da casa, podendo então a pessoa com deficiência, procurar sua colocação no mercado de trabalho.

Por fim, exceção feita a uma participante, todos os demais disseram preferir que seu familiar com deficiência, busque uma colocação no mercado de trabalho, seja para buscar independência, seja por notar que essa pessoa com deficiência se sentia melhor trabalhando, ou até mesmo para auxiliar economicamente a família.

6. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Após a coleta e análise de dados e retomando a fundamentação teórica que baseou o presente estudo, pode-se observar que, de uma forma geral, as famílias participantes realmente enfrentam um certo choque quando vivenciam a deficiência pela primeira vez.

Problemas com preconceito e adaptação ao ambiente de trabalho ainda são sentidos tanto pelas famílias quanto pelas pessoas com deficiência que buscam uma colocação no mercado. Entretanto, a Lei de Cotas e a atuação dos postos do SINE foram referenciados como auxílios relevantes e podem indicar o caminho através do qual esse cenário de dificuldades se transformará. É evidente que o atendimento do Estado precisa melhorar, em aspectos básicos, tais como o transporte público e a educação, segundo o que se pode averiguar nas entrevistas, mas o cenário já se mostra melhor. Essa melhora deve estender-se também à qualidade da inserção no mercado de trabalho, buscando mais do que o cumprimento de uma lei e sim, proporcionar o exercício pleno da cidadania a todas as pessoas.

Por fim, a questão econômica que o Benefício de Prestação Continuada poderia configurar dentro desse cenário de busca por um emprego, não foi observada nas entrevistas realizadas. A maioria dos membros das famílias relatou não depender, como se imaginava, do valor oriundo desse benefício. A busca por emprego, tanto dos familiares, quanto das pessoas com deficiência, foi colocada a frente do valor que poderiam receber desse benefício.

O ingresso da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, seja para a própria pessoa, ou para as pessoas de seu contexto familiar se mostrou importante, tanto para questões que dizem respeito à realização pessoal, quanto para que essa pessoa com deficiência adquira independência para manter-se e também contribuir para o cotidiano familiar.

Por fim, é imprescindível que se ressalte a necessidade de ampliação e aprofundamento do trabalho com as temáticas apresentadas nesse estudo. O aumento do tamanho da amostra é fundamental para que se possa realizar generalizações a respeito do que se observou durante a coleta de dados e assim, alcançar maior entendimento e uma ampliação do espectro de possibilidades de contribuição deste.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. W., **The nature of prejudice**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1954 Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=TIVTx4GUB1AC&q=the+nature+of+prejudice&dq=the+nature+of+prejudice&hl=pt-BR&sa=X&ei=cWHsTvC8a2twe4oZm8Cg&ved=0CC8Q6AEwAA>. Acesso em 25/09/2011.

AMIRALIAN, M. L. T. et al. **Conceituando deficiência**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000.

BARDIN, L., **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979

BATISTA, S. M., FRANÇA, R. M., **Famílias de pessoas com deficiência: desafios e superação**, Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, vol. 3, n. 10, Blumenau, 2007

BATTISTELLA, L.R., BRITO C. M. M., **Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) International Classification of Functioning Disability and Health (ICF)**. *Acta Fisiátrica*; v. 9, p. 98-101, 2002

BOBBIO, N. **A natureza do preconceito**. Elogio da serenidade e outros ensaios morais. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal; 1988

BRASIL. **Lei nº. 8.213**, de 24 de julho de 1991 – *Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências* , Diário Oficial da União, n.70, 1996

BRASIL. **Lei nº. 8.742**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União, 1993.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. 5a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CASTEL, R., As Armadilhas da exclusão. In: M. BELFIORE W.; L. BÓGUS; M.C. YAZBEK (org.), **Desigualdade e a questão social**. São Paulo, EDUCS, p. 17-50, 2000

CROSBY, F., BROMLEY, S. & SAXE, L., **Recent unobtrusive studies of black and white discrimination and prejudice: A literature review**. *Psychological Bulletin*, 1980

DOWBOR, L., **O que acontece com o trabalho?** / coordenação ABDALA Jr., B., ALEXANDRE, I. M. M. – 3ª. Ed. rev. e atualizada – São Paulo, Editora SENAC, 2006

FERRARI, J. P., MORETE, M. C., **Reações dos pais diante do diagnóstico de paralisia cerebral em crianças com até 4 anos**, Cadernos de Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 25-34, 2004

FIAMENGHI JR., G. A.; MESSA, A. A.. **Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares**. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 27, n. 2, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 out. 2011.

FREUD, S. (1914). **Sobre o narcisismo: uma introdução**, Vol. 14. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOFFMAN, E., **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GOMES, A. G., PICCININI, C. A., **A ultra-sonografia obstétrica e a relação materno-fetal em situações de normalidade e anormalidade fetal**. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 22, n. 4, Dezembro 2005.

GUERRA, A., **Atlas da exclusão social de Osasco: alternativas de desenvolvimento, trabalho e inclusão.**/ Organizadores: GUERRA, A., CAZZUNI, D. e COELHO, R.. – Osasco, SDTI/PMO, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos 2000. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em 20 mar 2011

IRVIN, N., KENNEL, J., KLAUS, M, **Atendimento aos pais de um bebê com malformação congênita**. In Klaus, M., Kennel, J., *Pais/bebê: a formação do apego* (pp.245–275). Porto Alegre: Artes Médicas. 1993.

KASSAR, M.C.M., **Conhecimento – Direito ao conhecimento e modos de conhecer: novas condições**. *III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*. Campinas: SP (julho,2000). Disponível em: www.fae.unicamp.br/br2000/conh9.htm - 13k. Acesso em: 24 Set 2011.

LEBOVICI, S., **Maternidade**. In G. Costa (Org.). *Dinâmica das relações conjugais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

LÜDKE, M., ANDRE, M. E. D., **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S., **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional**, São Paulo, Editora Mackenzie, 2002.

_____. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade.** In: Simpósio Internacional sobre Deficiência Visual – América Latina e Inclusão Social: Avanços e Desafios Futuros, São Paulo, 28/09/2005.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O., **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 159 da OIT sobre Reabilitação Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência.** Genebra, 1983. Disponível em:

<<http://dhnet.org.Br/direitos/sip/lex.64.htm>> Acesso em 19 mar 2011

Organização Mundial da Saúde. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde.** Brasília: Organização Mundial da Saúde; 2001.

Organização Mundial da Saúde. **CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde.** São Paulo: EdUSP; 2007.

PELCHAT, D., **Processus d'adaptation des parents d'un enfant atteint d'une déficience et élaboration d'un programme d'intervention précoce à leur intention.** Revue Canadienne de Santé Mentale Communautaire, n. 1, p. 63–80, 1992.

QUAYLE, J., NEDER, M., NIHAYDAIRA, S., ZUGAIB, M., **Repercussões na família do diagnóstico de malformações fetais: algumas reflexões.** *Revista de Ginecologia e Obstetrícia*, 7 (1), 33–39, 1997

RAMONA–THIEME, M., **Becoming a mother: research on maternal identity from Rubin to the present.** New York, Spring Publishing, 1995

RAMOS, C. A., **Políticas de Geração de Emprego e Renda. Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência Brasileira.**, Department of Economics Working Paper, n.277, Brasília, UNB, 2003

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**, 3ª. Edição, São Paulo: Atlas, 1999

SALLES, A. C. T. C. **A mãe e seu filho doente.** Epistemo somática. In: Publicação do Departamento de Psicologia e Psicanálise do Hospital Mater Dei. Belo Horizonte: vol. II, 1992

SASSAKI, R. K., **Quantas Pessoas têm Deficiência**, Revista Nacional de Reabilitação, 1998.

ÜSTUN T.B., CHATERJI S., KOSTANSJEK N., BIECKENBACH J., **WHO's ICF and functional status information in health records.** *Health Care Financing Review*; n. 24, p. 77- 88, 2003.

ANEXOS

- A. Carta de Informação ao sujeito de pesquisa e respectivo Termo de Consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

SUJEITO DE PESQUISA

Gostaríamos de convidá-lo a participar do projeto de pesquisa “A Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: a visão das famílias” que se propõe a identificar a visão das famílias a respeito da inserção de seu familiar com deficiência no mercado de trabalho. Os instrumentos de avaliação serão aplicados pelo Pesquisador Responsável e tanto os instrumentos de coleta de dados quanto o contato interpessoal oferecem riscos mínimos aos participantes.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso ao Pesquisador Responsável para o esclarecimento de eventuais dúvidas (no endereço abaixo), e terá o direito de retirar-se do estudo a qualquer momento, sem qualquer penalidade ou prejuízo. As informações coletadas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes e será garantido o sigilo, a privacidade e a confidencialidade das questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes (apenas o Pesquisador Responsável terá acesso a essa informação), bem como a identificação do local da coleta de dados.

Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Presbiteriana Mackenzie - Rua da Consolação, 896 - Ed. João Calvino - Mezanino.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Declaro que li e entendi os objetivos deste estudo, e que as dúvidas que tive foram esclarecidas pelo Pesquisador Responsável. Estou ciente que a participação é voluntária, e que, a qualquer momento tenho o direito de obter outros esclarecimentos sobre a pesquisa e de retirar-me da mesma, sem qualquer penalidade ou prejuízo.

Nome do Sujeito de Pesquisa: _____

Assinatura Sujeito de Pesquisa: _____

Declaro que expliquei ao Sujeito de Pesquisa os procedimentos a serem realizados neste estudo, seus eventuais riscos/desconfortos, possibilidade de retirar-se da pesquisa sem qualquer penalidade ou prejuízo, assim como esclareci as dúvidas apresentadas assim como esclareci as dúvidas apresentadas.

São Paulo, de de .

Gustavo Matias Zuim

Prof. Dra. Sueli Galego de Carvalho

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Rua da Consolação, 896

sueli.carvalho@mackenzie.br